
Estreito Energia S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Estreito Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Estreito Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Estreito Energia S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Estreito Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Mairkon Strangueti Nogueira
CPF: 134020988
Signed By: MAIRKON STRANGUETI NOGUEIRA/314020988
Signing Time: 27 de março de 2024 | 19:40 BRT
O ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Incluir AC SERASA RFB v3
ICP-Brasil

Mairkon Strangueti Nogueira
Contador CRC 1SP255830/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Após diversos exercícios apurando resultados positivos, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 17.536 em 2023 (R\$ 21.835 em 2022) devido às condições do mercado de energia, que apresentou preços negociados muito abaixo (no nível de piso) dos vivenciados em anos anteriores. De qualquer forma, a Companhia possui um saldo de Reserva de Lucros significativo de R\$ 346.013, mesmo após a absorção do referido prejuízo apurado em 2023.

A Administração da Companhia, de acordo com seus modelos de negócios e baseada na curva de preço de mercado de energia futuro ("curva *forward*"), entende que o resultado negativo nos anos de 2023 e 2022 está relacionado a efeitos pontuais, que podem também impactar o exercício de 2024. Entretanto, a administração entende que este cenário será revertido em exercícios futuros, trazendo a Companhia de volta à geração de resultados positivos.

As mudanças climáticas tiveram como impacto o aumento do volume de chuvas nos últimos anos, que resultou em um aumento da oferta de energia elétrica gerada no país acima do aumento da demanda da indústria e da população em geral. O impacto contábil dessas mudanças se deu na queda relevante do preço da energia elétrica e consequente queda na receita da Companhia quando comparado aos anos anteriores. Apesar dos prejuízos apurados nos exercícios de 2023 e 2022, a administração entende que esses são decorrentes de eventos extraordinários que devem ser revertidos nos próximos anos. A Companhia elaborou uma análise de recuperabilidade de seu ativo imobilizado através do fluxo de caixa futuro, apresentando resultados favoráveis, visto que há uma expectativa de recuperação do setor. Dessa forma, não há provisão de *impairment* a ser constituída no exercício de 2023.

Poços de Caldas, 27 de março de 2024

A Diretoria

Eduardo Sampaio Dória

Diretor Presidente

Gisele Fernanda Salvador

Diretora

Maria Luiza Pinho de Mello Cabral

Contadora, CRC 1SP343563/O-8

Índice

Balço patrimonial	1
Demonstraço do resultado.....	2
Demonstraço do resultado abrangente	3
Demonstraço das mutaço es do patrimnio lquido.....	4
Demonstraço dos fluxos de caixa.....	5
1. Informaço es gerais	6
2. Resumo das polticas contbeis materiais.....	10
3. Estimativas e julgamentos contbeis crticos	16
4. Gestao de risco financeiro	17
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicaço es financeiras vinculadas	19
6. Contas a Receber	20
7. Partes relacionadas	20
8. Crditos fiscais a compensar	20
9. Imobilizado e intangvel	22
10. Direito de uso.....	25
11. Contas a pagar	25
12. Obrigaço es tributrias e trabalhistas	25
13. Encargos regulatrios.....	26
14. Passivos de arrendamento	26
15. Provisao para utilizaço do bem pblico ("UBP")	27
16. Provisao para custo de implantaço	27
17. Passivos com pesquisa e desenvolvimento	28
18. Provisao para contingncia	28
19. Patrimnio lquido.....	29
20. Receita lquida.....	30
21. Custos e despesas por natureza	31
22. Resultado financeiro	31
23. Participaço no CESTE	31
24. Imposto de renda e da contribuio social	32
25. Seguros.....	33

Estreito Energia S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	50.557	51.356	Contas a pagar	11	2.212	3.790
Caixa restrito	5.2	5.504	-	Salários, encargos e provisões	12	394	374
Contas a receber	6	9.006	15.266	Obrigações tributárias	12	327	933
Partes relacionadas a receber	7	-	4	Partes relacionadas a pagar	7	14	22
Créditos fiscais a compensar	8	4.607	3.195	Encargos regulatórios	13	3.576	4.484
Outros ativos		4.141	5.735	Passivos de arrendamento	14	83	76
Circulante		73.815	75.556	Provisão para utilização do bem público	15	6.532	6.553
Depósitos judiciais		54	58	Provisão para custo de implantação	16	2.729	1.319
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	4.808	4.376	Passivos com pesquisa e desenvolvimento	17	3.759	6.025
Créditos fiscais a compensar	8	1.127	654	Circulante		19.626	23.576
Imobilizado	9	761.629	793.785	Contas a pagar	11	5.223	4.792
Intangível	9	186.047	195.759	Provisão para contingências	18	4.388	2.287
Direito de uso	10	161	83	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	17.122	25.291
Não circulante		953.826	994.715	Provisão para utilização do bem público	15	75.287	88.401
				Passivos de arrendamento	14	87	-
				Provisão para custo de implantação	16	2.450	4.930
				Não circulante		104.557	125.701
				Total do passivo		124.183	149.277
				Capital social	19	557.445	557.445
				Reservas de lucros	19	346.013	363.549
				Patrimônio líquido		903.458	920.994
Total do Ativo		1.027.641	1.070.271	Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.027.641	1.070.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida	20	72.031	74.447
Custo das Vendas	21	(109.281)	(106.821)
Prejuízo bruto		(37.250)	(32.374)
Despesas administrativas	21	(226)	(513)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(277)	(354)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(37.753)	(33.241)
Receitas financeiras	22	18.285	7.525
Despesas financeiras	22	(4.430)	(4.403)
Variações cambiais, líquidas	22	(1.807)	(4.813)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição		(25.705)	(34.932)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	8.169	13.097
Prejuízo do exercício		(17.536)	(21.835)
Ações do capital social no final do exercício - milhares	19	336.501	336.501
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)		(0.05)	(0.06)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente	2023	2022
Prejuízo do exercício	(17.536)	(21.835)
	(17.536)	(21.835)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva para investimento	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	557.445	145.687	162.657	23.154	-	888.943
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(21.835)	(21.835)
Dividendos reincorporados à reserva para investimento	-	-	53.886	-	-	53.886
Reversão de reserva para investimento	-	-	(21.835)	-	21.835	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (NE 19)	557.445	145.687	194.708	23.154	-	920.994
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(17.536)	(17.536)
Reversão de reserva para investimento	-	-	(17.536)	-	17.536	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (NE 19)	557.445	145.687	177.172	23.154	-	903.458

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição		(25.705)	(34.932)
Ajustes de:		43.234	60.230
Depreciação e amortização	9, 10	47.871	50.232
Ajuste a valor presente		(8.059)	4.321
Provisões e atualização monetária		3.422	5.677
Varição nos ativos e passivos operacionais:		(6.262)	(12.839)
Transações com partes relacionadas	7	(4)	10.800
Créditos fiscais a compensar	8	(1.535)	24.061
Outros ativos de curto prazo		1.598	(1.955)
Contas a receber	6	6.260	(15.266)
Contas a pagar	11	(1.147)	2.608
Obrigações tributárias	12	(586)	(26.179)
Encargos regulatórios	13	(908)	(131)
Pagamento UBP	15	(6.504)	(6.286)
Passivos com pesquisa e desenvolvimento	17	(322)	(1.545)
Outras contas a pagar		(3.114)	(491)
Caixa gerado nas operações		11.267	10.914
Imposto de renda e contribuição social		-	(27.082)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		11.267	(16.168)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(11.990)	(4.710)
Aquisição de imobilizado	9	(6.054)	(4.321)
Movimento do caixa restrito	5.2	(5.504)	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	(432)	(389)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(11.990)	(4.710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(76)	(84)
Pagamentos de arrendamento	14	(76)	(84)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(76)	(84)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.1	(799)	(20.962)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		51.356	72.318
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		50.557	51.356

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Estreito Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 1º de abril de 2008, com sede em Poços de Caldas - MG, é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico, que foi criada com o objetivo de explorar por meio de compartilhamento com outras empresas o potencial de energia hidráulica localizado no Rio Tocantins, Município de Estreito, Estado do Maranhão, divisa dos Municípios de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins, Estado do Tocantins, bem como as respectivas instalações de interesse restrito à central geradora Aproveitamento Hidrelétrico de Energia - Estreito ("AHE Estreito"), mediante a construção, implantação, operação e manutenção da AHE Estreito e comercialização da energia correspondente, nos termos do Contrato de Concessão nº 094, celebrado em 27 de dezembro de 2002 com a União Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e seus aditivos. A Companhia é uma subsidiária integral da Alcoa Alumínio S.A. "(em conjunto, "Grupo Alcoa")".

Inicialmente, a Alcoa Alumínio S.A. detinha o direito de exploração compartilhada da cota-parte de 25,49% da concessão da AHE Estreito. Contudo, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.262, de 26 de fevereiro de 2008, foi autorizada a transferência dessa cota-parte detida pela Alcoa Alumínio S.A. na concessão do AHE Estreito para a Companhia, passando esta última a deter os direitos emergentes da concessão e integrando diretamente o Consórcio Estreito Energia - CESTE.

O Consórcio Estreito Energia - CESTE (doravante denominado "CESTE" ou "Consórcio") foi constituído em 20 de maio de 2002. Com sede em Estreito - MA, o Consórcio tem como objetivo a implantação e a exploração do AHE Estreito em consonância com as regras emanadas do edital de licitação do empreendimento, de seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis.

O projeto tem capacidade instalada total de geração de 1.087 MW, constituído de 8 (oito) turbinas Kaplan. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada pelas consorciadas na condição de produtores independentes de energia elétrica.

Na data de 21/10/2021, a Companhia assinou junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21. Como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.876 (um mil oitocentos e setenta e seis) dias, a contar do final do prazo de concessão original. O novo prazo de encerramento de concessão será 15 de fevereiro de 2043.

Após diversos exercícios apurando resultados positivos, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 17.535 em 2023 (R\$ 21.835 em 2022) devido às condições do mercado de energia, que apresentou preços negociados muito abaixo (no nível de piso) dos vivenciados em anos anteriores. De qualquer forma, a Companhia possui um saldo de Reserva de Lucros significativo de R\$ 346.013, mesmo após a absorção do referido prejuízo apurado em 2023.

A Administração da Companhia, de acordo com seus modelos de negócios e baseada na curva de preço de mercado de energia futuro ("curva forward"), entende que o resultado negativo nos anos de 2022 e 2023 está relacionado a efeitos pontuais, que podem também impactar o exercício de 2024. Entretanto, a administração entende que este cenário será revertido em exercícios futuros, trazendo a Companhia de volta à geração de resultados positivos.

(a) Conflitos militares entre Rússia, Ucrânia e no Oriente médio

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atividades.

Em resposta às agressões, o Grupo Alcoa (em um nível global de sua controladora) deixou de comprar matérias-primas ou vender produtos para empresas russas. A Administração da Companhia tem monitorado continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. Não foram identificados em 31 de dezembro de 2023 impactos relacionados ao conflito entre Rússia, Ucrânia e no Oriente Médio.

(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

Globalmente a Alcoa possui como meta reduzir a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE), considerando escopo 1 e 2, em 30% até 2025 e 50% até 2030 a partir de uma linha de base de 2015 (operações de refinaria e redução). Ambição global é atingir emissões líquidas zero de GEE até 2050.

A produção de alumínio (Smelter) na localidade de Alumar, em São Luís (MA) (unidade de negócios da controladora Alcoa Alumínio S.A.) foi religada no exercício de 2022 com energia 100% renovável, mediante contrato de energia limpa firmado com empresas do mercado. O Grupo também possui a opção de alocar energia da Estreito Energia S.A. para esta operação, uma vez que também se trata de geração de energia renovável. A operação em Poços de Caldas (unidade de negócios da controladora Alcoa Alumínio S.A.) mantém-se como uma das líderes de reciclagem de sucata de alumínio. A Alcoa concluiu com sucesso a instalação da tecnologia de prensagem de resíduos de bauxita em nossa refinaria de Poços de Caldas /MG, onde além da inovação no processo, a instalação da planta de filtração reduzirá a emissão de carbono, devido ao melhor aproveitamento da área de descarte, menor acúmulo de água e, conseqüentemente, menor consumo de energia no processo.

Em 2020, a Política Global de Biodiversidade foi atualizada e todas as operações no país passaram a adotar Planos de Ação para gestão de nossos impactos sobre a Biodiversidade. Em 2021, foi lançado um novo sistema de gestão social (SP360) que colocou em vigor políticas e padrões da Alcoa em todas as operações para apoiar o envolvimento efetivo com as comunidades, gerenciar nossos riscos sociais e manter a Licença Social para operar. As parcerias com o Instituto Alcoa e a Alcoa Foundation impulsionam a criação de valor compartilhado com as comunidades onde o Grupo atua. Em 2023 foram investidos mais de R\$ 25 milhões (não auditado) em projetos socioambientais. A administração continua avaliando os possíveis impactos contábeis diretamente relacionados às mudanças climáticas.

A Companhia elaborou um análise de recuperabilidade de seu ativo imobilizado através do fluxo de caixa futuro, apresentando resultados favoráveis, visto que há uma expectativa de recuperação do setor. Dessa forma, não há provisão de impairment a ser constituída no exercício de 2023.

(c) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2024.

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3. Questões ambientais

O órgão ambiental licenciador do empreendimento é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Em 24 de novembro de 2010, o IBAMA concedeu a Licença de Operação "LO" nº 974/10, com validade de quatro anos a partir daquela data. A Licença de Operação "LO" estabelece as condicionantes que devem ser executadas durante a fase de operações da UHE Estreito e se referem basicamente à: continuidade de determinados programas ambientais e implementação de novos programas socioeconômico e físico biótico, o monitoramento do Plano de Enchimento do Reservatório, bem como a apresentação periódica de relatórios sobre tais programas aos órgãos competentes.

Em 16 de julho de 2014, em tempo hábil, o Consórcio encaminhou correspondência ao IBAMA solicitando a renovação da LO. Conforme § 4º do art. 18 da resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, emitida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, a renovação da LO de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. O IBAMA emitiu posicionamento oficial acerca da validade da LO, no dia 13/11/2023, por meio ofício nº 286/2023/CGTEF/DILIC onde reafirma a validade da Licença de Operação.

Em 2023 foi definido que a renovação da Licença de Operação da Linha de Transmissão e Subestação (SE) Estreito deveria ser mantida em separada da Licença de Operação da Usina. Sendo assim, a Licença de Operação da usina permanece sob responsabilidade do IBAMA e a responsabilidade sobre a operação da Linha de transmissão e subestação passou a ser do órgão regulador do estado do Maranhão, a SEMA. Os procedimentos foram adotados e a licença ambiental nº 1155467/2023 emitida em 23/08/2023 com validade até 23/08/2027.

1.4. Concessão Onerosa

O Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ("UBP"), relativo ao projeto para geração de energia elétrica, regido pelo Decreto no 2.003, de 10 de setembro de 1996, foi outorgado pelo Decreto de 26 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial em 27 de novembro de 2002. Seu prazo original é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato. Houve extensão deste prazo conforme descrito na nota 1.9 "Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão".

O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das concessionárias.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas ao Aproveitamento Hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

A administração, com base no novo manual de contabilidade do setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, alterou o procedimento adotado em relação à contabilização da UBP, de forma prospectiva, registrando assim, a concessão onerosa do uso do bem público como ativo intangível, cujo valor presente em 1º de janeiro de 2015 era de R\$ 33.185.

Nos termos do contrato de concessão, o valor do passivo será atualizado anualmente por índice de inflação, que neste caso consiste numa ponderação entre IGP-M e IPCA. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou um total de R\$ 6.504 (R\$ 6.216 em 31 de dezembro de 2022).

1.5. Compromissos com as consorciadas

Em 5 de novembro de 2002, as consorciadas firmaram o Contrato de Constituição de Consórcio para Implantação e Exploração do AHE Estreito - Consórcio Estreito Energia - CESTE.

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo do CESTE é a execução do empreendimento, o qual não tem e nem terá personalidade jurídica. As consorciadas devem realizar e conduzir o empreendimento em plena observância da legislação aplicável e dos seguintes instrumentos: edital, contrato de concessão, contrato de consórcio, estudo de viabilidade, orçamento e implantação, cronograma de implantação, cronograma de aporte de recursos e orçamento anual de operação.

A Companhia Energética Estreito S.A., como consorciada líder, é a responsável pelo cumprimento do contrato de concessão perante a ANEEL e o Poder Concedente. Não será devida à líder nenhuma remuneração pela representação do Consórcio nos termos do disposto na cláusula 6.1 do acordo das consorciadas, ressalvadas as despesas incorridas pela líder com tal representação, que serão tratadas como despesas do Consórcio. A cada consorciada será atribuído um voto, independentemente de sua participação percentual, nas deliberações das matérias previstas na cláusula 8.3 do contrato de constituição.

Cada consorciada arcará, as suas despesas exclusivas, com a remuneração dos membros do Conselho Deliberativo que tiver nomeado. Não será alocada ao CESTE nenhuma despesa das consorciadas, exceto quanto a eventuais despesas de representação diretamente ligadas às obrigações dele.

1.6. Operação e manutenção da usina

Após o início da operação comercial da primeira unidade geradora, que ocorreu em maio de 2011, as consorciadas, na proporção de suas respectivas participações percentuais, passaram a arcar e a pagar todos os custos e despesas de operação e manutenção da usina, bem como os relativos à administração e ao funcionamento do Consórcio, conforme previsto no Orçamento Anual de Operação.

A operação e manutenção da usina ficam a cargo da Engie Brasil Energia S.A., operador escolhido e contratado pelo Consórcio.

As consorciadas comercializam e/ou utilizam suas respectivas parcelas de Energia do Projeto Rateada e correspondente Potência Associada no regime de produção independente, conforme definidas na legislação aplicável. Cada consorciada é exclusivamente responsável pela comercialização e/ou utilização de sua respectiva parcela da Energia do Projeto Rateada e correspondente Potência Associada.

1.7. Risco de não renovação da concessão

A Companhia detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, da Administração, de que seja renovada após o primeiro termo da concessão pela ANEEL e/ou pelo Ministério de Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (nova licitação), os níveis de rentabilidade futura e atividade poderão ser alterados.

1.8. Destinação da energia

A entidade celebrou em 20 de julho de 2010, com a sua controladora o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, prevendo este a venda de 100% da energia gerada pela Companhia. Este contrato foi aditado em Julho de 2020, ocasião a partir da qual Estreito Energia S.A. passou a ter possibilidade de vender seu volume de energia também para terceiros.

1.9. Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão

Em 8 de Setembro de 2020 foi sancionada a lei do Generation Scaling Factor - GSF (Lei no 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo dessas normativas foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE se dará por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Em 12 de Julho de 2021 foi publicada a Lei no 14.182 que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao §9º do art. 2-B da Lei no 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de contratação regulada - ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Adicionalmente, em 17 de setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do mecanismo de realocação de energia - MRE, incluindo os efeitos do ambiente de contratação livre - ACL e ambiente de contratação regulada - ACR, o prazo de extensão da Companhia é de 1.876 dias equivalente a R\$ 129.058.

Dessa forma, a Companhia efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu em dezembro de 2021 o montante de R\$ 129.058 como direito de extensão de concessão no intangível em contrapartida ao custo dos serviços de energia elétrica na demonstração do resultado do exercício.

O montante reconhecido no intangível como direito de extensão de concessão é equivalente a 1.876 dias de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerra em 15 de fevereiro de 2043.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de pronunciamento, interpretação ou orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do poder concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL no 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação dessas políticas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.15.

(a) Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente a Companhia adota as normas estabelecidas pela ANEEL quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(b) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:

Alteração CPC 26 (R1) "Divulgação de políticas contábeis": alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

Alteração CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro": a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

Alteração CPC 32 "Tributos sobre o Lucro": a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Empresa espera não ser materialmente afetada por essas regras uma vez que, conforme demonstrado na Nota 24 (d), sua alíquota efetiva é superior a 15%.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. Ademais, outras alterações publicadas para o exercício de 2023 não são relevantes para a Companhia. Isto posto, não é esperado que a adoção dessas normas tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, porém, a administração continuará a monitorar se, havendo alguma mudança, tais normas demandarão algum ajuste contábil.

2.1. Consórcio

A Companhia é uma das consorciadas do CESTE, do qual detém uma participação proporcional de 25,49% em ativos e passivos oriundos da geração de energia. Como consequência, as demonstrações financeiras incluem, substancialmente, a consolidação proporcional de 25,49% das demonstrações financeiras do CESTE.

Adicionalmente, são registrados por cada consorciado de forma independente nas suas Demonstrações Financeiras, outros impactos contábeis, tais como Uso do Bem Público ("UBP"), encargos do setor elétrico, receita de vendas e seus respectivos impostos, Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), Generation Scaling Factor ("GSF") dentre outros.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

2.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se de saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montantes sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados ao valor justo do instrumento financeiro. O saldo de caixa restrito refere-se a um investimento em certificado de depósito bancário (CDB) mantido como forma de garantia referente ao processo de liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica e com prazo de vencimento em 12 meses.

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Ativos e passivos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros

(a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- . o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- . os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- . o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

(c) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do balanço se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em algum ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros e reconhece contabilmente se a mesma for necessária. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- . dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- . uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- . probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- . extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

2.3.2 Passivos financeiros

(a) Classificação

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluíam substancialmente contas a pagar a fornecedores.

(b) Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.4. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, e calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente de R\$240, e 9% para contribuição social.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira pela qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.5. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou de construção do empreendimento. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor de venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Com o advento do término do período de construção, com a entrada em operação comercial da última turbina (8ª unidade) em março de 2013, a depreciação dos ativos passou a ser feita de forma linear, com base nas taxas definidas pela ANEEL, limitada ao prazo de concessão.

A vida útil estimada dos bens de maiores importâncias são:

	Anos
Reservatórios, Barragens e Adutoras	50
Edificações e benfeitorias	30 a 50
Equipamentos e instalações	13 a 40
Veículos	7
Móveis e utensílios	16

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável que é em média de três anos.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamento para a União a título de UBP e pelas novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica de acordo com a Lei nº 14.052/20. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do ativo intangível.

O registro do intangível relacionado à lei 14.052/20 corresponde à compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por meio de um direito pecuniário da forma de extensão de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que este método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros dos ativos.

2.7. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes (ativo imobilizado e intangível)

A Administração revisa, anualmente ou sempre que existem indicadores de não realização, a recuperação do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente o imobilizado e o intangível mantidos e utilizados nas operações da Companhia, especificamente os ativos do empreendimento hidrelétrico. O objetivo dessa revisão é determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível não recuperação, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente à vida útil remanescente estimada dos ativos.

Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização.

O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores e é registrado no resultado do exercício em que houve a revisão da estimativa.

Apesar dos prejuízos apurados nos exercícios de 2023 e 2022, a companhia entende que esses são decorrentes dos desafios enfrentados, como aqueles relacionados aos preços negociados próximos ao piso, sendo assim, fez estudos de recuperabilidade de fluxo de caixas futuros e tal ativo apresentou resultados favoráveis, visto que há uma expectativa de recuperação do setor, com isso, não há provisão de impairment a ser constituída no exercício de 2023.

2.8. Contas a pagar

A rubrica registra os valores a pagar a fornecedores, com base em faturas recebidas ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente.

2.9. Provisão do custo remanescente de implantação

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro da provisão de custos remanescentes de implantação no ativo imobilizado, em cumprimento com a orientação técnica OCPC 05, é depreciado pelas taxas definidas pela ANEEL e limitado ao prazo da concessão. A contrapartida do custo remanescente de implementação foi registrada na rubrica de provisão do custo remanescente de implantação no passivo, e serão realizados de acordo com as expectativas da Administração.

2.10. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.11. Provisão para custos socioambientais

Registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados foram registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

2.12. Encargos Setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

2.13. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso do bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto "livre de risco".

2.14. Reconhecimento da receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita pela prestação de serviços é e continuará sendo reconhecida com base nos serviços de fornecimento de energia efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

A Companhia realiza operações de vendas passivas de energia elétrica no mercado regulado de energia (Balcão Brasileiro de Comércio de Energia (BBCE)) nos casos em que julga vantajoso. Neste casos, a Companhia reconhece um contas a receber da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) em contrapartida a uma receita de vendas, conforme previsto no CPC 47. O recebimento deste contas a receber é registrado quando ocorre a liquidação conforme política da CCEE para vendas passivas.

2.15. Demonstração do resultado

Representada pela receita da venda de energia gerada, correspondente à participação da Companhia no CESTE, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. Tais valores são contabilizados de acordo com o regime de competência.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração do balanço patrimonial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados do seu balanço patrimonial. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são:

a) Provisão para contingências:

O Consórcio CESTE, da qual a Companhia é membro, mantém o registro das provisões referentes às causas com probabilidade de perda considerada provável, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos. Um resumo sobre esses processos em discussão e seus efeitos potenciais, está apresentado na nota explicativa 18.

b) Obrigações socioambientais:

A Companhia está sujeita ao pagamento da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (GSF), ao pagamento de encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição (TUST), compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (COFURH) e ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D), entre outras obrigações socioambientais relacionadas à operação do mercado de energia nacional. Estas obrigações socioambientais possuem um grau de incerteza elevado e dependem de fatores produtivos do setor nacional de geração de energia e da regulamentação de órgãos governamentais. Um resumo dessas obrigações está apresentado na nota explicativa 13.

c) Imposto de Renda Diferido:

O imposto de renda e contribuição social diferidos inclui um saldo passivo de R\$ 37.442 relacionado ao impacto da repactuação do risco hidrológico e o um saldo ativo de prejuízo fiscal e de diferenças temporárias de R\$ 20.320. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos. A estimativa é que a Companhia volte a gerar lucro tributável nos próximos anos.

d) Impairment de ativos:

A Companhia realizou uma análise de impairment de seus ativos, utilizando taxas de desconto, curvas de preço futuras e outras premissas de mercado. A Companhia aplica julgamento profissional para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual ela atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia à expõem a diversos riscos financeiros: risco de capital, risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e valor presente, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco regulatório e risco de liquidez.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela matriz (Alcoa Corporation). A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

4.1. Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia não está exposta a risco cambial pois as operações comerciais, ativos e passivos são denominados em moeda local.

(ii) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto e de longo prazo, quando aplicável. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco da taxa de juros no fluxo de caixa. No exercício de 2023 não houve a contratação de novos empréstimos. Portanto, não se verificou exposição ao risco de taxa de juros.

(b) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes e de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Considera-se baixo o risco da carteira de recebíveis devido ao fato de que 100% das vendas foram realizadas com empresas devidamente registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) que regula, monitora e fiscaliza a comercialização de energia no país. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de contas a receber era de R\$ 9.006 (R\$ 15.266 em 31 de Dezembro de 2022).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, exigências regulatórias externas ou legais, se aplicável - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, fica à disposição da tesouraria, esta tem a deliberalidade de investir o excesso de caixa em depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e três anos</u>
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	2.212	5.223
Encargos regulatórios	3.576	4.484

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

4.2. Riscos Operacionais e Regulatórios

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo a UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera, como em outras regiões do país. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega de energia assegurada, a Companhia está exposta ao mercado de energia de curto prazo.

4.3. Estimativa do valor justo e valorização dos instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (nível 3).

No encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

	2023	2022
	Ativos ao custo amortizado	Ativos ao custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	50.557	51.356
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	13.147	21.001
	63.704	72.357
	2023	2022
	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos mensurados ao custo amortizado
Passivos		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.212	3.790

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encargos regulatórios	3.576	4.484
	5.788	8.274

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	88	70
Certificados de depósitos bancários/compromissadas	50.469	51.286
Total	50.557	51.356

Em 31 de dezembro de 2023, caixa e equivalentes de caixa incluíam substancialmente saldo de certificados de depósitos bancários denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado, remunerados em 2023 a base média de 99,9% do CDI (99,4% em 2022).

5.2. Caixa restrito

	2023	2022
Caixa restrito	5.504	-
Total	5.504	-

O saldo de Caixa Restrito em 31 de dezembro de 2023, refere-se a um investimento em certificado de depósito bancário (CDB) mantido junto ao Banco Bradesco S.A com prazo de 12 meses. Esse investimento é mantido como forma de garantia referente ao processo de liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

5.3. Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	4.808	4.376
Total	4.808	4.376

Em 14 de outubro de 2010, o Consórcio firmou um compromisso definitivo com a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, e a Associação WYTY CATE das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, objetivando a execução do programa de apoio às comunidades indígenas no âmbito da UHE Estreito. Esse compromisso visa atender o componente indígena do processo de licenciamento ambiental da UHE Estreito, envolvendo as terras indígenas Kraolândia, Apinajé, Krikati e Governador, por meio de repasse dos valores acordados no referido termo. Em função desse compromisso, o Consórcio mantém aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário - CDB emitido pelo Banco do Brasil com possibilidade de resgate antecipado a qualquer momento desde a data da aplicação até a data do vencimento ou renovação. Considerando que tal aplicação está vinculada à obrigação do Consórcio junto à FUNAI, o Consórcio constituiu um Contas a Pagar - FUNAI, classificado no passivo não circulante, reconhecendo assim que essa aplicação será resgatada pela

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Associação WYTY CATE à medida que o programa de apoio a comunidade indígena estiver sendo executado. O saldo acima contempla os valores devidos mais os rendimentos de aplicação financeira, que também serão repassados à FUNAI.

O rendimento dessa aplicação, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 monta R\$1.891 (R\$1.528 em 31 de dezembro de 2022). Em 21 de novembro de 2023, foi repassado o valor de R\$200 à FUNAI. A última parcela do termo de compromisso foi depositada pelo CESTE em 2020, não tendo mais valores a serem depositados.

6. Contas a Receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a Receber CCEE (operações de Liquidação Financeira) (i)	9.006	15.266
Total	<u>9.006</u>	<u>15.266</u>

(i) Refere-se às operações de liquidação financeira na CCEE. As operações de venda passiva foram realizadas até o mês de junho de 2023, gerando assim um contas a receber diretamente com a CCEE pela operação de energia elétrica.

7. Partes relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a receber (i)	-	4
Contas a pagar (ii)	(14)	(22)
	<u>(14)</u>	<u>(18)</u>

(i) A companhia não realizou vendas de energia com partes relacionadas a partir do segundo semestre de 2022 e durante o ano de 2023.

(ii) O Grupo Alcoa presta serviços administrativos e de contabilidade e compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais para a Estreito Energia S.A.

8. Créditos fiscais a compensar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PIS (i)	347	306
COFINS (i)	1.524	1.391
IRPJ e CSLL a compensar CP (ii)	3.974	2.326
Ajuste a valor presente dos créditos sobre ativo fixo	(111)	(174)
	<u>5.734</u>	<u>3.849</u>
Créditos fiscais a compensar (circulante)	4.607	3.195
Créditos fiscais a compensar (não circulante)	1.127	654

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O saldo da rubrica "PIS e COFINS a compensar" se refere principalmente a aquisição de máquinas e equipamentos (ativo imobilizado) necessários para a operação da planta UHE Estreito.

(ii) Saldo negativo de IRPJ e CSLL - companhia auferiu prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no período. O incremento no saldo se refere as antecipações pagas a título de imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado e intangível

A composição e movimentação do ativo imobilizado e intangível:

<u>Imobilizações</u>	Nota	Taxa de depreciação (%)	2021	Adições	Depreciação/Amortização	Transferências	2022
<u>Imobilizado em operação</u>	9.4						
<u>Geração</u>							
Terrenos	9.1	3,75	40.005	-	(1.893)	-	38.112
Veículos		14,29	23	-	(16)	8	15
Móveis e utensílios		6,25	102	-	(10)	11	103
Reservatório, barragens e adutoras		3	535.285	32	(25.604)	466	510.179
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.3	3,23	17.306	131	(838)	20	16.619
Máquinas e equipamentos	9.2	5,05	198.819	-	(10.106)	747	189.460
			791.540	163	(38.467)	1.252	754.488
<u>Sistema de transmissão de conexão</u>							
Edificações, obras civis e benfeitorias		3,43	511	-	(28)	-	483
Máquinas e equipamentos	9.2	3,18	37.254	-	(1.950)	-	35.304
			37.765	-	(1.978)	-	35.787
Total do imobilizado em operação	9.4		829.305	163	(40.445)	1.252	790.275
<u>Imobilizado em curso</u>							
Outros ativos a imobilizar			604	4.158	-	(1.252)	3.510
			604	4.158	-	(1.252)	3.510
Total imobilizações			829.909	4.321	(40.445)	-	793.785
<u>Intangível</u>							
Licenças de software			24	-	(10)	-	14
Terrenos para serventia		3,88	695	-	(33)	-	662
Utilização do Bem Público	9.5	4,72	204.756	-	(9.673)	-	195.083
Total intangível			205.475	-	(9.716)	-	195.759

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizações

	Nota	Taxa de depreciação (%)	2022	Adições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Transferências	2023
<u>Imobilizado em operação</u>	9,4							
<u>Geração</u>								
Terrenos	9,1	3,75	38.112	-	-	(1.894)	53	36.271
Veículos		14,29	15	-	-	(8)	35	42
Móveis e utensílios		6,25	103	-	-	(10)	4	97
Reservatório, barragens e adutoras		3	510.179	139	-	(23.704)	357	486.971
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,3	3,23	16.619	-	(144)	(817)	86	15.744
Máquinas e equipamentos	9,2	5,05	189.460	-	-	(9.733)	207	179.934
			754.488	139	(144)	(36.166)	742	719.059
<u>Sistema de transmissão de conexão</u>								
Edificações, obras civis e benfeitorias		3,43	483	-	-	(28)	-	455
Máquinas e equipamentos	9,2	3,18	35.304	-	-	(1.873)	372	33.803
			35.787	-	-	(1.901)	372	34.258
Total do imobilizado em operação	9,4		790.275	139	(144)	(38.067)	1.114	753.317
<u>Imobilizado em curso</u>								
Outros ativos a imobilizar			3.510	5.916	-	-	(1.114)	8.312
			3.510	5.916	-	-	(1.114)	8.312
Total imobilizações			793.785	6.055	(144)	(38.067)	-	761.629
<u>Intangível</u>								
Licenças de software			14	-	-	(8)	-	6
Terrenos para serventia		3,88	662	-	-	(30)	-	632
Utilização do Bem Público	9,5	4,72	195.083	-	-	(9.674)	-	185.409
Total intangível			195.759	-	-	(9.712)	-	186.047

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1. Terrenos

Referem-se às propriedades das áreas utilizadas na construção da UHE Estreito.

9.2. Máquinas e equipamentos

Referem-se à compra de equipamentos e sistemas eletromecânicos, incluindo serviços de engenharia, materiais e equipamentos, fabricação, transporte e respectivo seguro de itens que compõem a UHE Estreito.

9.3. Obras civis principais

Referem-se em sua maior parte ao custo da mão de obra aplicada na construção da UHE.

9.4. Imobilizado em operação - geração e transmissão/conexão

Este grupo de contas registra o valor dos bens de geração de energia em serviço, que estão sendo depreciados pelas taxas definidas pela ANEEL e limitado ao prazo de concessão. Anteriormente à entrada da 8ª turbina em operação os montantes foram depreciados proporcionalmente à produção de energia.

9.5. Utilização do bem público

Refere-se ao reconhecimento da utilização do uso do bem público, vide (1.4 concessão onerosa).

A companhia registrou em dezembro de 2021 o montante de R\$ 181.634 como direito de extensão de concessão oriundos da repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados no ambiente de contratação Livre - ACL.

Este intangível é amortizado linearmente pelo período de concessão que se encerra em 15 de fevereiro de 2043. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, complementado em dezembro de 2021 no montante de R\$ 181.634 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota 1.9. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia.

O valor de R\$ 181.634 reconhecido no intangível advêm de duas naturezas distintas. O valor de R\$ 129.058 registrado com contrapartida no resultado na linha de custo de serviço de energia trata-se de um direito não pecuniário na forma de extensão dos prazos de concessão, que se refere ao ressarcimento do encargo GSF pago a maior em períodos anteriores, conforme lei 14.052/20.

Foi registrado a valor justo através da valoração calculada pelo próprio regulador do setor. Já o valor de R\$52.576 registrado com contrapartida no passivo não circulante se refere à obrigação do UBP (descontado a valor presente pela taxa livre de risco) que se adicionou com a extensão da concessão, uma vez que durante o período estendido serão mantidas as mesmas características da concessão original.

Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e ainda especificamente com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico e as linhas de transmissão associadas, desde o início da operação da usina, não poderão ser removidos, alienados, cedidos nem dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do Poder Concedente. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Direito de uso

Os ativos de direito de uso são demonstrados a seguir:

	Vida útil (em anos)		Custo	Amortização Acumulada	2023	2022
	Mínimo	Máximo			Total	Total
Imóveis	3	5	13	(13)	-	21
Veículos	3	3	232	(71)	161	62
			245	(84)	161	83

A movimentação do saldo de direito de uso é demonstrada a seguir:

	2022	Adições	Baixas	Amortizações	2023
Imóveis		21	-	(6)	-
Veículos		62	231	(46)	161
		83	231	(61)	161

11. Contas a pagar

O saldo a pagar a terceiros registrados no grupo de fornecedores refere-se primordialmente aos valores devidos pela Companhia, compostos principalmente pelas retenções contratuais e obrigações socioambientais.

Contas a pagar	2023	2022
Programa de apoio às comunidades indígenas (i)	4.808	4.376
Fornecedores	2.601	4.170
Outros	26	36
Total contas a pagar	7.435	8.582
Circulante	2.212	3.790
Não circulante	5.223	4.792
	7.435	8.582

(i) está contido neste valor o compromisso com a FUNAI mencionado na Nota 5 em 2023 no valor de R\$ 4.808 (em 2022 era R\$ 4.376).

12. Obrigações tributárias e trabalhistas

	2023	2022
Obrigações tributárias (i)	327	933
Obrigações trabalhistas (ii)	394	374
	721	1.307

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se substancialmente a PIS e COFINS retido na fonte.
- (ii) Refere-se substancialmente a R\$ 233 (R\$ 215 em 2022) de participação no resultado a pagar.

Em 2023 a companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de CSLL em decorrência do prejuízo nas operações resultante da queda no preço de mercado da energia razão pela qual não há registro de IRPJ e CSL a recolher no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondentes estão demonstrados na nota 24.

A Administração da Companhia adotou a interpretação CPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

13. Encargos regulatórios

	2023	2022
TUST (a)	1.873	2.344
COFURH (b)	919	1.507
P&D (c)	132	4
Outros	652	629
Total	3.576	4.484

(a) TUST - Encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição.

(b) COFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

(c) P&D - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidos pela Companhia para: a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Ministério de Minas e Energia - MME.

14. Passivos de arrendamento

	2022	Adições	Baixas	Juros	Pagamento Principal	2023
Imóveis	25	-	(18)	1	(5)	3
Veículos	51	231	(53)	9	(71)	167
	76	231	(71)	10	(76)	170
					2023	2022
Circulante					83	76
Não Circulante					87	-
					170	76

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Provisão para utilização do bem público (“UBP”)

	2023	2022
Saldo inicial	189.328	190.992
Pagamentos	(6.504)	(6.286)
Atualização monetária	1.508	4.622
Total da UBP	184.332	189.328
Ajuste a valor presente	(102.513)	(94.374)
Saldo final ajustado da UBP	81.819	94.954
	2023	2022
Circulante	6.532	6.553
Não circulante	75.287	88.401
	81.819	94.954

Conforme determinado no Contrato de Concessão nº 094/2002 e seus aditivos, o encargo do UBP, no valor total atualizado, em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 184.332 (2022 - R\$ 189.328) é recolhido à União enquanto da exploração do aproveitamento hidroelétrico, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado pelo IGP-M (calculado pela Fundação Getúlio Vargas) tendo base inicial para o reajuste o mês de junho de 2002 (mês anterior à data do leilão) comparado ao IGP-M do mês anterior à entrada em operação.

Conforme celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão nº 094/2002 junto à ANEEL, a cláusula de reajuste da UBP passou a ser calculada através de dois índices a partir de novembro de 2012, sendo: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (parcela de energia elétrica comercializada por Estreito S.A - ACR e Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M sobre a parcela de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). O referido termo aditivo foi assinado em 12 de novembro de 2012.

O índice de variação de 12 meses do IPCA acumulado até dezembro de 2023 foi de 4,62% (5,79% em 2022) e o índice do IGP-M foi de -3,18% (5,45% em 2022). A base de atualização da UBP ocorre em abril de cada ano.

16. Provisão para custo de implantação

	2022	Pagamentos	Transferências	2023
Circulante	1.319	(1.070)	2.480	2.729
Não circulante	4.930	-	(2.480)	2.450

Com a entrada da última turbina em operação e da conseqüente finalização da chamada fase de construção do projeto, em cumprimento ao item 119 do OCPC 05, o Consórcio provisionou no segundo trimestre de 2013, a melhor estimativa de desembolsos remanescentes, previstos no projeto de implantação da usina, aprovado, em 8 de abril de 2013, pelo Conselho Deliberativo do Consórcio.

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Passivos com pesquisa e desenvolvimento

O setor de energia elétrica brasileiro determina que 1% do faturamento de seus agentes geradores seja destinado a pesquisas e desenvolvimento que estejam relacionados e tragam benefícios ao próprio setor. A Companhia vem reconhecendo esta obrigação conforme determinação da ANEEL. A Companhia está com projetos que estão em diferentes fases de implementação, e estes dependem da aprovação da agência reguladora para fins de sua aplicação e reconhecimento. Até que o projeto seja finalizado é mantido seu passivo em aberto, e os gastos/pagamentos com os projetos (R\$ 2.441 saldo em 31 de dezembro de 2023) permanecem no ativo (Linha de "Outros Ativos" circulante). Assim que todas as etapas de um projeto se concretizam, há o encontro de saldos entre ativo e passivo.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.703
Adições	150
Pagamentos	(1.545)
Atualizações monetárias	233
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.541
Adições	214
Pagamentos	(322)
Atualizações monetárias	(115)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.318
Passivos com pesquisa e desenvolvimento	(3.759)
Ativos com pesquisa e desenvolvimento	2.441
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.318

18. Provisão para contingência

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração do Consórcio mantém o registro das provisões referentes às causas com probabilidade de perda considerada provável em suas demonstrações financeiras de propósito especial, no montante de R\$ 17.216 (R\$ 8.793 em 2022), conforme recomendado pelo pronunciamento técnico CPC 25, Provisão, Passivo Contingentes e Ativo Contingentes.

O saldo de provisão para contingência da Companhia, calculado percentualmente sobre o total do Consórcio, é de R\$ 4.388 (R\$ 2.287 em 2022). A variação apresentada no exercício refere-se principalmente à atualização dos valores das causas e alterações nos prognósticos de perda (de possível para provável) conforme informado pelos assessores jurídicos da Companhia e demonstrada em detalhes abaixo:

18.1. Causas cíveis

O Consórcio possui 385 processos cíveis referentes, principalmente, à indenização por danos materiais e morais (ações em que é réu) e ações de desapropriação (ações em que é Autor). Consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, a Administração do Consórcio considera as probabilidades de perda conforme demonstrado abaixo:

	Participação da Companhia 25,49%	
	2023	2022
Classificação possível	6.172	8.052
Classificação provável	4.278	1.634
	10.450	9.686

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2. Causas trabalhistas

O Consórcio figura no polo passivo de 2 processos, movidos, na sua totalidade, por funcionários ou ex-funcionários das empresas contratadas para a construção da UHE Estreito.

Consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, a Administração do Consórcio considera as probabilidades de perda conforme demonstrado abaixo:

	Participação da Companhia 25,49%	
	2023	2022
Classificação possível	-	44
Classificação provável	69	616
	69	660

18.3. Causas fiscais

O Consórcio possui 5 autos de infração cujas matérias são: Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS - cobrança de multa pela não retenção do ISS devido sobre serviços contratados de terceiros, emitidos pela Secretaria da Fazenda do Município de Estreito - MA, e ICMS - exigência de imposto e multa pelo não recolhimento do imposto ou diferencial de alíquota devido em operações tributáveis: nas aquisições de mercadorias, operações não registradas no RMS e substituição tributária, emitidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão - UFRE do Município de Imperatriz. Consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, a Administração do Consórcio considera as probabilidades de perda conforme demonstrado abaixo:

	Participação da Companhia 25,49%	
	2022	
Classificação possível	130	120
Classificação provável	41	37
	171	157

A Companhia possui R\$ 6.302 (R\$ 8.216 em 2022) estimado com processos com probabilidade de perda possível, calculado percentualmente sobre o total do Consórcio.

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$557.445, representado por 336.501.331 ações.

Acionistas	Quantidade	Percentual
Alcoa Alumínio S.A.	336.501.330	99.999
Companhia Geral de Minas - CGM	1	0.001
	336.501.331	100.000

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece que no fim do exercício social sejam levantados o balanço geral e a demonstração do resultado com observância das prescrições legais.

Em 2022, o conselho de administração da companhia deliberou pelo não pagamento dos dividendos adicionais que haviam sido propostos no encerramento das demonstrações financeiras de 2021 no valor de R\$53.886 (decisão registrada em ata de Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022), o qual foi reincorporado a Reserva para Reinvestimentos de 2022. Em 31 de dezembro de 2023 foi definido pela administração da Companhia a não distribuição de dividendos.

(c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social.

(d) Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (com as modificações promulgadas pela Lei no 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta "Lucros acumulados". Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, na medida em que a legislação fiscal veda a possibilidade de distribuição. Em 29 de agosto de 2013, a Companhia obteve o reconhecimento ao direito de redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, calculado com base no lucro da exploração do empreendimento de energia pelo prazo de dez anos, iniciando-se em 1 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2022./

No exercício de 2023 não foi destinado nenhum valor para a reserva fiscal em razão de ter apurado prejuízo fiscal no período e não ter se beneficiado do incentivo do lucro da exploração (em 2022 também não foi constituído reserva), porém a Companhia possui um saldo de Reserva de Lucros significativo de R\$ 346.013.

(e) Reserva de lucro para investimentos

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender a projetos de crescimento do negócio. Adicionalmente, essa reserva pode ser realizada para a distribuição de dividendos.

20. Receita Líquida

	2023	2022
Receita bruta vendas no mercado de energia (i)	40.828	61.314
Receita bruta de liquidação financeira - CCEE (ii)	36.280	19.361
COFINS	(4.172)	(5.118)
PIS	(905)	(1.110)
	72.031	74.447

(i) A receita bruta de vendas no mercado de energia da Companhia de 2023 e 2022 foram significativamente afetadas pela deterioração dos preços de energia no mercado *spot*;

(ii) A Liquidação Financeira que ocorre na CCEE é o processo de valoração da sobra ou falta dos volumes

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

energéticos de todos os agentes que compõem o sistema elétrico brasileiro, de forma multilateral, dessa forma em 2023 e 2022 a Companhia destinou parte dos seus volumes para cobrir estes possíveis impactos. Ademais, até junho de 2023 e durante o exercício de 2022, a Companhia também destinou volumes adicionais para recebimentos via Liquidação Financeira dado aos baixos preços de energia no mercado *spot*.

21. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Folha de pagamento	1.602	1.602
Depreciação e Amortização	47.872	50.232
Operação e Manutenção de Usinas	7.190	7.190
Encargos Regulatórios	36.309	36.309
Seguros	3.326	3.131
Outras Despesas	13.208	8.870
	109.507	107.334
Classificados como:		
Custo das vendas	109.281	106.821
Despesas Administrativas	226	513
	109.507	107.334

22. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	5.795	7.484
Ajuste a valor presente	12.490	41
Total	18.285	7.525
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(4.430)	(4.230)
Outras despesas financeiras	-	(173)
Total	(4.430)	(4.403)
Variações monetárias		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	115	(233)
UBP	(1.509)	(4.622)
Outros	(413)	42
Total	(1.807)	(4.813)

23. Participação no CESTE

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a participação da Companhia e das demais consorciadas no CESTE era:

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consoiciada	2023		2022	
	Quantidade de cotas-partes	Percentual	Quantidade de cotas-partes	Percentual
Companhia Energética Estreito	2.587.578	40,07	2.535.016	40,07
Vale S.A.	1.937.294	30,00	1.897.940	30,00
Estreito Energia S.A.	1.646.054	25,49	1.612.617	25,49
Estreito Participações S.A.	286.719	4,44	280.895	4,44
	6.457.645	100,00	6.326.468	100,00

24. Imposto de renda e da contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes dos impostos de renda	(25.705)	(25.705)	(34.932)	(34.932)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de IRPJ/CSLL de acordo com a alíquota vigente	6.426	2.313	8.733	3.144
a) Aumento ao valor recuperável do Imposto de Renda Diferido	-	-	(742)	386
b) Outros	(550)	(20)	1.592	(16)
Imposto de renda e contribuição social	5.876	2.293	9.583	3.514
Alíquota efetiva	-22.86%	-8,72%	-27.43%	-9,00%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Provisões Temporariamente Não Dedutíveis	3.782	3.513
Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	16.538	7.468
Total IRPJ e CSLL diferidos ativo	20.320	10.981
	2023	2022
Repactuação do risco hidrológico (i)	(37.442)	3.513
Total IRPJ e CSLL diferidos passivo	(37.442)	10.981
Total IRPJ e CSLL diferidos passivo	(17.122)	(25.291)

c) Período estimado de realização

Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano	2023
2024	(11.501)
2025 a 2026	5.922
2027 a 2028	6.736
2029 a 2030	3.824
2031 a 2032	1.392
2033 a 2034	1.338
2035 a 2036	12.610
	20.320

(i) Refere-se ao reconhecimento do passivo fiscal diferido calculado sobre a repactuação do risco hidrológico - GSF (Generation Scaling Factor).

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a Administração entende que o saldo de impostos diferidos ativos será realizado antes do final do período de concessão da Companhia, previsto para fevereiro de 2043.

Já o saldo de impostos diferidos passivos estão relacionados ao reconhecimento da extensão da concessão que é realizada mensalmente de forma linear até o final do período, previsto para fevereiro de 2043.

A estimativa de realização dos impostos diferidos ativos encontra-se respaldada pelo plano de negócios da Empresa para o período de concessão, o qual pode conter informações sobre eventos futuros sujeitos a incertezas e fatores que fogem do seu controle, tais como precificação futura da alumina e bauxita, flutuações de moeda e condições de mercado. Mencionados fatores poderão diferir das premissas adotadas pela administração na elaboração do seu plano de negócios, podendo resultar em diferenças materiais quando comparados aos montantes aqui apresentados.

Outra consideração, é a limitação sobre a compensação dos prejuízos fiscais até o máximo de 30% do lucro tributável de exercícios subsequentes, que amplia consideravelmente o total dos resultados tributáveis necessários para extinguir os prejuízos acumulados.

Ainda sobre esse tópico, cabe ressaltar que embora a legislação vigente tenha determinado que os prejuízos fiscais só possam ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável, esta o fez de modo a assegurar sua utilização a qualquer tempo, permitindo assim que o saldo passível de compensação possa ser conservado pelo contribuinte por prazo indeterminado.

Por fim, não há uma correlação integral entre o lucro líquido da Empresa e as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2023, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros.

Ramos	Limite Máximo de Indenização
Riscos Operacionais (i)	3.234.187

Estreito Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Responsabilidade Civil Geral (ii)	439.531
Responsabilidade Civil Ambiental (iii)	40.612
D&O (iv)	17.815
Terrorismo (v)	625.818
E&O (vi)	63.364
Cyber (vii)	24.579

(i) A apólice de Riscos Operacionais é contratada globalmente consolidando-se todas as localidades da Alcoa no mundo e, portanto, possui um único Limite Máximo de Indenização. No valor apresentado consta também adicionado o seguro contratado diretamente pela hidrelétrica, cujo Limite Máximo de Indenização é de R\$ 818,886, somente a participação correspondente a Estreito na hidrelétrica.

(ii) A apólice de Responsabilidade Civil Geral é contratada e alinhada ao programa de seguros global da Alcoa, sendo o LMI da apólice local de R\$ 338.001. No valor apresentado foi adicionado o seguro contratado diretamente pela hidrelétrica, cujo Limite Máximo de Indenização é de R\$ 101.529, somente a participação correspondente a Estreito na hidrelétrica.

(iii) O item Responsabilidade Civil Ambiental refere-se a seguinte apólice: RC Ambiental contratada pela Hidrelétrica com o Limite Máximo de Indenização de R\$ 40.611, somente a participação correspondente a Estreito na hidrelétrica.

(iv) Para o item referente a Apólice de D&O, o valor do Limite Máximo de Indenização apresentado contempla tanto a apólice de D&O da Alcoa como também a Apólice de D&O da Hidrelétrica, sendo esta com o Limite Máximo de Indenização de R\$ 12.745, somente a participação correspondente a Estreito na hidrelétrica.

(v) Para o item referente a Terrorismo, o valor do Limite Máximo de Indenização apresentado contempla a Apólice de Terrorismo da Hidrelétrica, sendo esta com o Limite Máximo de Indenização de R\$ 625.817, somente a participação correspondente a Estreito na hidrelétrica.

(vi) Para o item referente a E&O (Erros e Omissões), o valor do Limite Máximo de Indenização apresentado contempla a Apólice de E&O da Hidrelétrica, sendo esta com o Limite Máximo de Indenização de R\$ 63.365, somente a participação correspondente a Estreito na hidrelétrica.

(vii) A apólice de Cyber é contratada e alinhada ao programa de seguros global da Alcoa, sendo o LMI da apólice local de R\$ 24.578.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 294610A94893464B836E788BA809B078

Status: Concluído

Assunto: Complete with DocuSign: DFs EESA 2023

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 40

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Marcos Galasso

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

marcos.galasso@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.38

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marcos Galasso

Local: DocuSign

27 de março de 2024 | 18:46

marcos.galasso@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

27 de março de 2024 | 19:40

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Mairkon Strangueti Nogueira

mairkon.nogueira@pwc.com

Partner

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Assinatura

DocuSigned by:



C7F97399CD6B48C...

Registro de hora e data

Enviado: 27 de março de 2024 | 18:48

Visualizado: 27 de março de 2024 | 19:10

Assinado: 27 de março de 2024 | 19:40

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.173.84.58

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Leika Ikeda

Copiado

Enviado: 27 de março de 2024 | 18:48

leika.ikeda@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
<p>Marcos Galasso marcos.galasso@pwc.com</p> <p>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 27 de março de 2024 19:40</p> <p>Visualizado: 27 de março de 2024 19:40</p> <p>Assinado: 27 de março de 2024 19:40</p>
<p>Vyctor Baldan baldan.vyctor@pwc.com</p> <p>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 27 de março de 2024 18:48</p> <p>Visualizado: 27 de março de 2024 19:14</p>

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	27 de março de 2024 18:48
Entrega certificada	Segurança verificada	27 de março de 2024 19:10
Assinatura concluída	Segurança verificada	27 de março de 2024 19:40
Concluído	Segurança verificada	27 de março de 2024 19:40

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------